



REVISTA CIENTÍFICA DA UMC



## EMANCIPAÇÃO E EMPODERAMENTO DE MULHERES: A EXPERIÊNCIA DAS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

Ingrid Mayara Machado da Silva<sup>1</sup>, Flávio Alves da Silva<sup>2</sup>

1. Estudante - curso de Psicologia; e-mail: [ingridsilva558@gmail.com](mailto:ingridsilva558@gmail.com);
2. Professor - UMC; e-mail: [flaviosilva@umc.br](mailto:flaviosilva@umc.br).

**Área de Conhecimento:** Psicologia.

**Palavras-Chave:** Psicologia; Emancipação; Empoderamento; Saúde Pública; Violência de gênero.

### INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a palavra violência como o uso intencional da força física ou poder que um indivíduo possui sobre outra pessoa, que age em função de ameaçar o outro ou a si próprio, ocasiona ou tem a possibilidade de causar lesões corporais, mortes, dano psíquico, alterações no desenvolvimento ou privações de qualquer comportamento. A violência é compreendida como um problema social e da saúde pública, podendo ser causador de danos físicos, emocionais, psicológicos, sexuais e pode, até mesmo, a morte de suas vítimas. De acordo com Silva (2003), homens e mulheres estão submetidos a reproduzir comportamentos e ideologias de violências, que são efeitos de uma sociedade patriarcal, onde normalizam situações para homens e amoralizam essas mesmas situações para mulheres, colocando o homem em um papel de dominador e, a partir da ideologia machista, ele necessita se sobrepôr a um sexo frágil, colocando a mulher em um papel de subordinação. Os movimentos feministas foram de grande importância para a criação de políticas públicas que atendessem mulheres em situação de violência, assim como para evidenciar o conjunto de relações violentas que se estabeleciam com base na disparidade entre gêneros. A partir desses movimentos, mulheres se uniram para discutir e apoiar outras mulheres em situação de violência, ajudando-as a criar autonomia, e nestes movimentos surgiram as Promotoras Legais Populares (PLPs). As PLPs são uma forma de mulheres se juntarem para auxiliar outras mulheres que sofrem ou já sofreram algum tipo de violência doméstica a terem o conhecimento e acesso à justiça para denunciar o abuso e violação de direitos. Neste sentido, este estudo parte da hipótese de que o curso de formação de promotoras legais populares tem a capacidade de proporcionar às suas participantes novos sentidos sobre o papel da mulher na sociedade brasileira, apresentar outras dimensões sobre as violências cotidianas as quais as mulheres estão diariamente submetidas, assim como apontar caminhos para a garantia de seus direitos.

### OBJETIVOS

Este estudo teve como objetivo geral identificar descrever e analisar a experiência de mulheres que participam dos cursos de formação de promotoras legais populares na região do Alto Tietê, e como específicos: a) desvelar os sentidos que as mulheres atribuem ao processo formativo; b) descrever e analisar como as mulheres empregam os conhecimentos adquiridos em formação de PLPs em sua vida cotidiana; c) descrever e analisar como as mulheres empregam os conhecimentos adquiridos em formação de PLPs em sua vida cotidiana.



## METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo exploratória e descritiva, que se utilizará da metodologia da História Oral de Vida, conforme o proposto por Meihy (1991). A pesquisa foi executada com entrevistas abertas com Promotoras Legais Populares, a partir da seguinte questão disparadora: *“Pode nos contar sobre sua experiência como Promotora Legal Popular?”*. Sobre a escolha do método para a realização do estudo, Minayo e Sanches (1993) afirmam que um bom método será sempre aquele, que permitindo uma construção correta dos dados, ajude a refletir sobre a dinâmica da teoria. Portanto, além de apropriado ao objeto da investigação e de oferecer elementos teóricos para a análise, o método tem que ser operacionalmente exequível. As entrevistas foram transcritas, textualizadas, transcriadas e cartografadas e, neste processo, marcou-se as palavras-chave que continham a questão da pesquisa e, nos resultados, foram dialogadas com a literatura e as impressões da pesquisadora.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistadas 06 (seis) Promotoras Legais Populares (PLPs), que atuam ou atuaram com mulheres vítimas de violência doméstica e que realizaram o curso no ano de 2019, visando a preservação da identidade das depoentes, foi utilizado a letra “P” para serem identificadas. Analisando as falas dos depoentes, pode-se identificar padrões nas falas sobre função do curso. *“o curso é para que a gente entenda como funciona as políticas públicas que nós temos, voltadas para mulheres, além disso, a gente entende como acessar elas, entende algumas questões culturais, históricas, e o porquê elas aconteceram dessa forma”*. (P1). Por intermédio dessas falas, demonstram a importância de um grupo formado somente por mulheres, uma vez que a riqueza dessas informações trazidas ajuda mulheres a auxiliarem outras mulheres, realizando uma mobilização social, *“troca de informações troca de experiências mesmo com mulheres então no curso são as mais diversas mulheres né, desde mulheres mais simples sem nenhuma formação acadêmica por exemplo até professoras doutoras, mestres”* (P4). Ao discutir sobre a violência que muitas mulheres passam no cotidiano, essa questão não é dialogada em distintos lugares. Desse modo, a falta da discussão e reflexão sobre o tema deveria ser promovida no início da educação, no qual a ausência de acesso leva a mulheres mais pobres, terem seus direitos violados, sofrendo discriminação, muitas delas negras, que não possuem a mesma escolarização, emprego e acesso a serviços oferecidos, tendo como consequência o isolamento, estando mais propícias a se tornar dependentes de companheiros violentos. A violência contra a mulher ocorre em diferentes momentos e contextos. Muitas mulheres são submetidas a constrangimentos e abusos desde a mais tenra idade, seja fora de suas residências ou no interior delas. Tal violência é sustentada por uma cultura machista arraigada na cultura do país que permite que as opressões dirigidas às mulheres sejam socialmente legitimadas e perpetuadas. Considerando que o fenômeno não só já foi identificado, mas amplamente documentado e discutido, ficam os questionamentos: O que sustenta a cultura que violenta mulheres? O que impede seu acesso à direitos básicos como a vida e a integridade física e psíquica? Por que as políticas de proteção ainda não alcançam muitas mulheres? Por que não educar sobre as relações de gênero e as violências? Por que Apresentando sua perspectiva em relação ao assunto, a depoente 6 patenteia: *“[...] porque a gente aprende muito na faculdade, nos cursos, outros espaços, mas a educação popular é outra história”* (P6). Waiselfisz (2015), afirma que 66.7% das mulheres assassinadas são negras, além dos fatores de desigualdade social e a separação social, o curso das Promotoras Legais Populares permite que essas informações sejam repassadas, onde uma promotora consegue ampliar sua rede, as preparando para

**REVISTA CIENTÍFICA DA UMC**

sanar essas dúvidas através da troca de experiências discussões. Em referência na atuação profissional e pessoais, as entrevistadas afirmam que os conhecimentos compartilhados nos processos de formação das PLPs são utilizados em suas atividades profissionais e relações pessoais, proporcionando melhor aprimoramento profissional. Outras depoentes afirmam que o processo formativo e a aprendizagem é enriquecido na troca de experiências e saberes com as outras mulheres, tais como as pautas interseccionais que abordam as lutas feministas, de classes e antirracistas. Essas trocas de experiências foram de grande valia para conseguirem atuar posteriormente em suas carreiras profissionais e vida pessoal, ouvir uma à outra, com uma escuta qualificada, como supracitado na graduação é abordado sobre a luta feminista, as políticas públicas que oferecem para vítimas de violência, todavia a experiência em ouvir mulheres, conseguem conexões interpessoais e de serviços ofertados pela rede pública, auxiliando umas às outras, entendendo o melhor caminho para alcançar serviços, uma maior facilidade quando já se tem um grupo que discute tal assunto. Isto posto, como relata a promotora 1 *“Houve uma outra situação também com uma outra PLP, que eu consegui um link para conseguir auxiliar uma criança [...], e saber com quem eu podia contar, e saber com quem eu podia falar, saber que só eram mulheres que estão lá do outro lado”* (P1). No que tange sobre o fortalecimento dessas mulheres enquanto grupo, essas conseguem se sentir fortes para discutir e debater sobre os mais variados temas, se sentindo acolhidas e confortáveis. Para Ferreira (1975) apud Neves e Rollo (2006), acolher, é aceitar e dar espaço, estando aberto no que o outro está disposto a dizer, esse fortalecimento enquanto mulheres que lutam pelos seus direitos, oferecem uma escuta mais qualificada, sem julgamentos ou pré-conceito. Por intermédio desse acolhimento, essas mulheres buscavam um espaço propício para tal discussão, como relata a depoente 3 *“não conhecia o projeto e buscava um espaço em que pudesse conversar sobre temáticas ligadas ao feminismo. Fazer a formação foi importante pra me fortalecer”*, (P3). Todas as promotoras relataram sobre o vínculo que formaram em todas as discussões e no desenvolvimento dos encontros, mantiveram a união. O curso se apresenta importante para o entendimento sobre as estratégias e meios de alcançar serviços, além disso, permite que essas mulheres lutem em conjunto, como se fossem uma única mulher, enfatizando cada singularidade e desafios enfrentados por cada uma, como também, lutando pelas mesmos objetivos, a igualdade de gênero, análises políticas e um olhar com afeto por cada PLP e mulher, a perspectiva da prática feminista enriquece nas discussões políticas, expondo a desigualdade de gênero, desconstruindo estereótipos, visando a igualdade de direitos. Esse entendimento é defendido em uma fala da entrevistada 6, demonstrando empatia quando outra mulher tenta se comunicar *“[...] mesmo algumas que tinha um pouco o discurso mais difícil de entender, porque, não eram profissionais e tal, muitas tentaram se fazer ser entendidas, mas não é fácil né, e aí a gente meio que se traduzia uma para outra”* (P6). Se referindo a experiência das promotoras em relação ao curso, todas sem exceção descreveram o curso como uma experiência importante e significativa, sendo transformador todos os encontros e pautas discutidas. Nota-se que o curso mencionado ao longo desse trabalho mostra que mulheres unidas podem reivindicar seus direitos, formando alianças a partir de posições políticas de gênero, como afirmou a depoente P4 *“encontrar mulheres em um grupo de mulheres foi um bem importante, é, para entender essa conexão né, que, que desse empoderamento das mulheres conversando com mulheres um grupo só formado de mulheres”* (P4). Fica evidente que a organização de mulheres é extremamente importante mulheres se unirem para reivindicar e discutir sua posição na sociedade de modo efetivo, o curso proporcionou transformação e uma visão diferente sobre o olhar de uma mulher para a outra.



## CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu a partir dos relatos das depoentes compreender o quão importante é a troca de vivências em um grupo de mulheres, e o quão transformador é esta troca, a partir da própria experiência, passar para outras esses conhecimentos e lutas de classes, o acolhimento que a maioria não recebe. O repasse dessas informações mostrou no presente estudo os movimentos sociais que se permeiam através dessa troca, acredita-se que o estudo alcançou seus objetivos que propôs alcançar, permitindo uma reflexão sobre o sentido do processo formativo, os conhecimentos adquiridos em suas vivências cotidianas, e a atuação coletiva no combate à violência de gênero. Este estudo não permite generalizações, mas levanta informações importantes sobre a prática das Promotoras Legais Populares, neste sentido, sugere-se a realização de novos estudos.

## REFERÊNCIAS

SILVA, L. L. et al. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. Interface (Botucatu) vol.11 no.21 Botucatu Jan Apr. 2007. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832007000100009](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832007000100009)>. Acesso em: 20.nov.2020.

MEIHY, J. C. S. B.; **Canto de morte Kaiowá, história oral de vida**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

MINAYO, M. C.S e SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo**: Oposição ou Complementaridade? Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

NEVES, Claudia Abbês Baeta, ROLLO, Adail. Acolhimento nas práticas de produção de saúde. Ministério da Saúde.Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Ed 2. Brasília, 2006. Disponível em:< <https://app.uff.br/slab/uploads/texto82.pdf>>. Acesso em: 06 set 2021.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília DF. 2015. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)>. Acesso em: 06 set 2021.

## AGRADECIMENTOS

Ao professor Flávio Alves da Silva, pelas orientações e apoio nesta pesquisa, as Promotoras Legais Populares que contribuíram significativamente com suas experiências para a elaboração das discussões e a todas as mulheres que lutaram e ainda lutam incansavelmente pela igualdade de gênero e pelo fim de todas as formas de violência.